

IDENTIDADE E DECISÕES POLÍTICAS DE JOVENS BRASILEIROS, ARGENTINOS E URUGUAIOS

Angela Ribeiro Ferreira¹
Caroline Pacievitch²
Luis Fernando Cerri³

Resumo: com base nos dados quantitativos produzidos pela pesquisa-piloto “Jovens diante da História”, o presente texto dedica-se a analisar algumas características da cultura política e consciência histórica de jovens, especialmente concernentes às suas referências identitárias e atitudes políticas. O projeto trabalhou com questões aplicadas a jovens de regiões do Brasil, Argentina e Uruguai, com questionários de escala Likert e análise estatística descritiva dos dados. Discute-se o tema da identidade e das escolhas políticas na contemporaneidade, e são analisados alguns dos resultados do questionário referentes a esses temas. Os resultados indicam a predominância de valores individuais ou individualistas, matizados por algumas preocupações na zona de confluência entre o pessoal e o coletivo, como o bem-estar social e a preservação da natureza. O estudo também revela uma tendência geral para posições menos marcadas, mais próximas da indiferença ou da falta de opinião.

Palavras-chave: *survey* intercultural; pesquisa quantitativa; consciência histórica; cultura política.

Abstract: this text analyses some characteristics of political culture and historical consciousness of young people, mainly about their references of identity and political attitudes, based on qualitative *data* from the pilot research “Jovens diante da História”. Methodologically, the project worked with Likert’s scale questionnaires responded by young persons from different regions of Brazil, Argentina and Uruguay throughout descriptive statics. It is discussed the theme of identity and political decisions in current times, and come results from the survey about these issues are analyzed. The results indicate the predominance of individual values, shaded by some preoccupations in the meeting area between the personal and the collective - that is, the social welfare and the nature’s preservation. The study also reveals a general tendency for low decisive positions, nearer to the indifference or absence of opinion.

Key words: intercultural survey; qualitative research; historical consciousness; political culture.

Introdução

O presente texto baseia-se nos dados produzidos pelo Projeto “Jovens diante da História”⁴, desenvolvido ao longo dos últimos três anos no Brasil, Argentina e

¹ Mestre em Educação – Departamento de História da UEPG, Ponta Grossa, PR.

² Doutoranda em Educação – UNICAMP, Campinas, SP.

³ Doutor em Educação – Departamento de História da UEPG, Ponta Grossa, PR.

⁴ O projeto é desenvolvido sob a coordenação do Prof. Luis Fernando Cerri (UEPG) e conta com a participação de professores de outras instituições de ensino superior do Brasil e da Argentina (UEPG, UEL, UNIOESTE/Cascavel e UNIOESTE/Marechal Candido Rondon, UNLP, UNGS e UNL). O total

Uruguai, ainda na condição de um estudo-piloto. A elaboração do instrumento inspirou-se na pesquisa “Youth and History”, realizada na Europa em meados dos anos 90 sob direção de Bodo Von Borries, apresentada, por exemplo, pelo coordenador português dessa investigação, José Murilo Pais (1999).

No projeto, foi mantida a maioria dos temas do questionário europeu, mas foram modificadas ou adicionadas questões que diziam respeito às especificidades da América Latina e, em alguns casos, questões referentes à história dos países envolvidos na pesquisa. O questionário aplicado no Brasil, na Argentina e no Uruguai contou com 42 questões baseadas, na sua maioria, em afirmações cujo grau de concordância o respondente deveria assinalar. Em todas as cidades que participaram da pesquisa, foram selecionadas escolas de periferia, escolas centrais, escolas públicas de excelência, particulares confessionais e particulares laicas. Nessas escolas foram aplicados os questionários para cerca de 50 alunos e aos professores responsáveis pela turma. Também foram aplicados questionários aos professores, mas estes são objeto de outros textos produzidos ou em produção pela equipe envolvida.

As questões referem-se às relações dos jovens com o tempo e a história vivida e aprendida em âmbitos formais e não formais. A constituição de identidades, a possibilidade de tomar decisões de cunho moral e político e a questão dos afetos e sensibilidades refletidos na religiosidade são alguns dos aspectos que os pesquisadores envolvidos desejam compreender, à luz das teorias concernentes à consciência histórica.

Neste texto faremos análise de um pequeno recorte nos dados da pesquisa que se referem a leituras e projetos pessoais e coletivos em relação à política. Para tal selecionamos questões que refletem as posições pessoais dos alunos em relação à sociedade, a forma como percebem ou expressam a relação com o passado. Observe-se que as questões dizem respeito a vivências cotidianas dos jovens e seu lugar como sujeitos, ou seja, seus processos de constituição identitária. Para isso, abordam-se principalmente alguns posicionamentos políticos dos jovens.

Para análise das respostas, os dados foram tabulados e foram geradas médias, que permitiram a produção de gráficos os quais permitem visualizar as

de questionários de alunos foi de 1474. O projeto recebeu financiamento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA de Apoio à Pesquisa no estado do Paraná.

características e tendências investigadas. A maioria das questões foi baseada em uma graduação de menos dois até mais dois (escala Likert ou escala de atitudes), que representa numericamente a atitude do respondente diante de cada uma das afirmações, ou seja, ou o aluno discorda totalmente, parcialmente, é indiferente, concorda parcialmente ou totalmente com as afirmações e questionamentos colocados a ele. A partir disso são extraídas médias e desvios padrão para cada questão, verificando-se a distribuição da frequência das respostas.

Visando a melhor exposição do tema, o texto está dividido em duas partes. Na primeira, discutimos os nossos referenciais teóricos quanto aos processos de consciência histórica e seu papel na constituição de identidades e posicionamentos políticos. Na segunda, apresentamos alguns dos resultados preliminares que abrangem dados gerais e específicos da pesquisa.

Consciência histórica, identidades e decisões políticas

Consciência histórica é um processo mental de atribuição de sentido e significado ao tempo, que ocupa diferentes funções na vida prática. Entre elas, a constituição de identidades e a orientação para ações futuras. De acordo com Rüsen (2001) e Agnes Heller (1993), todos os seres humanos, em todas as épocas, realizam essa tarefa, criando diferentes formas de sentido. A consciência histórica mostra-se fundamental em momentos de “carência de orientação” para a vida prática, ou seja, quando aparece algum tipo de mudança em que se impõe uma decisão que leva à necessidade de interpretar o tempo e projetar estratégias de ação. Para isso, o indivíduo utiliza-se de algum tipo de conhecimento sobre o passado – podem ser memórias, conteúdos históricos aprendidos na escola ou em situações informais, vivências pessoais, histórias contadas pelos antepassados etc. Esse conteúdo do passado é mobilizado na construção de uma narrativa coerente em relação ao problema vivido no presente, que se coordena com uma possibilidade de ação futura significativa. A narrativa é, portanto, a forma privilegiada de expressão da consciência histórica.

Dentre as muitas fontes de desequilíbrio (carências de orientação) na vida prática, destacam-se duas, fundamentais para a reflexão proposta: a manutenção de identidades e a tomada de decisões de cunho político. Tanto Rüsen quanto Heller,

de diferentes formas, concordam que a capacidade de construir narrativas significativas das mudanças e permanências no tempo auxiliam na resposta à pergunta “quem sou, de onde vim e para onde vou”, assim como na preocupação com os outros seres humanos que estão conosco, no “mesmo barco”. É o que Heller (1993, p. 47 e ss) chama de Responsabilidade Planetária, uma das possibilidades da consciência histórica frente ao niilismo e o desânimo, característicos de tempos ditos pós-modernos.

Discutir identidades implica preocupar-se com as alterações nas concepções de sujeito surgidas na modernidade. Segundo Stuart Hall (2006, p. 9 *passim*), as identidades estão em transformação desde o advento da modernidade; neste início de século, especialmente, podemos notar com maior clareza que as questões de etnia, gênero, sexualidade etc., que não faziam parte das indagações identitárias até pouco tempo, agora assumem o centro da cena. “Estas transformações estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.” Diante dessas transformações, o autor fala do sujeito pós-moderno, conceito para amparar a percepção do fenômeno real do esfacelamento de “uma identidade fixa, essencial ou permanente”. O sujeito pós-moderno caracteriza-se por não ter entraves importantes para mudar, assumir a identidade que convém em cada momento, dependendo do que o rodeia. O compromisso é apenas com o presente.

De acordo com Heller e Fehér (1998), os tempos que vivemos hoje incluem mesclas do moderno e do pós-moderno, o que causa dificuldades identitárias e a necessidade de buscar sentido e significado no transcorrer do tempo. Identificar-se com algo é, também, procurar comunidades de sentido, como indica Bauman (2001). Porém, há inúmeras dessas comunidades à disposição, prontas para aceitar nossa adesão. Como escolhê-las? Como saber qual é a melhor, e se há ou não comunidades melhores ou mais adequadas do que as outras? Assim, com laços frágeis nessas comunidades, a tendência seria trocar constantemente de identidades ou comunidades, manter-se em rede, a fim de não perder as oportunidades de experimentar o maior número possível delas. O resultado? Em muitos casos, um vazio que não pode ser preenchido por esse troca-troca.

Mudar constantemente os núcleos de sentido de sua vida é um fenômeno tipicamente de tempos “líquido-modernos”.⁵ Mas, para Bauman, não é a melhor forma de lidar com os problemas concretos que atravessamos no tempo. É preciso buscar reconhecer-se como parte da grande comunidade chamada humanidade e tentar agir responsabilmente, considerando o interesse comum da coletividade. Nisso coincide com Heller, no que ela denomina de Responsabilidade Planetária, também esta dependente de tomadas de decisão de cunho moral e político, que levam em consideração uma interpretação da passagem do tempo. Segundo Myriam Sepúlveda dos Santos, construir identidade é uma questão política. Afinal, trata-se de escolhas que envolvem a posição perante o mundo – seja de omissão, seja de ativismo. A memória faz parte desse processo de construção, ou seja, a relação que as pessoas realizam com o tempo e a história.⁶

Baquero (2001) apresenta seus argumentos preocupado com a manutenção e desenvolvimento da democracia na América Latina. Em seu artigo, verifica que trabalhos sobre cultura política têm demonstrado crença cada vez menor na política institucional e nos políticos.⁷ Nessa citação, ele defende um ponto de vista que mais tarde modificará em parte:

Isso se verifica não no sentido de favorecer retrocessos institucionais ou rupturas profundas, mas na institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas. Tais atitudes podem ser muito mais deletérias ao processo de construção democrática a longo prazo. Vê-se, por exemplo, que apesar de vários mandatários latinoamericanos terem sido depostos por mobilizações populares (Collor no Brasil, Fujimori no Peru,

⁵ Bauman entende a “modernidade líquida” não como uma nova etapa da história humana, mas como um momento em que as características tipicamente modernas estão exacerbadas, mas não de maneira rígida, fechada. Portanto, antes de um defensor da pós-modernidade, Bauman encontra-se neste texto como mais um de seus críticos, ao lado de A. Heller, F. Fehér e Hannah Arendt.

⁶ Existe alguma confusão em torno das distinções e semelhanças entre consciência histórica e memória. Na formulação de alguns teóricos, como Michael Pollak e Walter Benjamin, ambas parecem ter funções muito semelhantes. Em nosso modo de ver, a consciência histórica realiza o trabalho de deslocamento das memórias e do conhecimento histórico a fim de organizá-los num todo coerente que forneça sentido e significado ao presente. Ou seja, consciência histórica e memória são diferentes.

⁷ Mesmo assim, diversas pesquisas apontam que os professores continuam acreditando na sua função como formadores políticos. Cf. DE ROSSI, V.L.S. Projetos pedagógicos no jogo político da ilusão versus esquecimento. In: CORBALÁN, M.A. (coord.). *Enredados por la educación, la cultura y la política*. Buenos Aires: Biblos, 2005; e PACIEVITCH, C. *Nem sacerdotes, nem guerrilheiros*. Professores de história e os processos de consciência histórica na constituição de identidades. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007.

Bucaram e Mahuad, no Equador, e Peres, na Venezuela), essas mobilizações não conseguiram se transformar em eixos permanentes de maior participação da sociedade civil. A não resolução dos problemas mais imediatos (nas áreas de emprego, saúde e educação), que levaram à deposição desses executivos, parece ter operado para gerar um sentimento de impotência, acirrado pela forma de funcionamento das leis, dando a idéia de que a justiça se faz apenas para os mais abastados. (BAQUERO, 2001, p. 98-99)

Essas posições podem ser revistas à luz de certos trabalhos que indicam novas formas de participação nos rumos da transformação social – em ONGs, nas próprias instituições religiosas, nos movimentos sociais. São formas distintas das conhecidas tradicionalmente como “políticas”, mas procuram construir relações entre Mercado, Estado e Comunidade, com o predomínio da última, embora nem sempre esse predomínio aconteça na prática. (GOHN, 2001) Em 2003, em novo artigo, Baquero retoma essas questões, apontando rumos para a constituição de uma nova cultura política no Brasil, baseada na idéia de *empowerment*, bastante cara à Teoria Crítica da Educação. Segundo o autor, os estudos mais recentes de cultura política passaram a valorizar mais a participação cidadã, no sentido de constituição de capital social e *empowerment*. Questiona se esse processo de empoderamento é possível e se, ampliando o poder cidadão, também haveria melhorias na democracia. Estudos têm demonstrado que, quanto mais próximas dos cidadãos as mudanças se implementam, mais chances de sucesso elas têm, assim como Goodson (2008) demonstra e defende no caso dos professores e mudanças na escola. As pessoas parecem ter mais fé nas suas próprias ações do que nas políticas de governo, inclusive as assistenciais.⁸

O conceito de democracia na América Latina está muito mais vinculado aos problemas econômicos e sociais do que meramente aos procedimentos políticos, como nos EUA. Exemplos de novas formas de participação política são o movimento

⁸ No entanto, essas posições podem ser relativizadas. Diversos autores, ao longo dos anos 80 e 90, chamaram a atenção para a emergência do termo “comunidade” e seu uso indiscriminado por setores governamentais, religiosos e do terceiro setor no bojo da democratização do Estado brasileiro. Escolas comunitárias e “participação da comunidade” tornaram-se jargões de uso comum, aparecendo inclusive na Constituição Federal de 1988. No entanto, a idéia de participação nem sempre se concretiza de formas democráticas. Afinal, é possível uma escola contar com Conselho Escolar, APM e Grêmios estudantil e mesmo assim perpetuar relações autoritárias, ou serem órgãos esvaziados. Sobre comunidade, ver CUNHA, L.A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da UFF; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001, especialmente o capítulo 10. Sobre participação, democracia e transformação social, MÉSZÁROS, I. *O socialismo no século XXI*. In: _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. O socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

de Chiapas, o MST e outras centenas de formas de atividade cidadã desvinculadas da política partidária. Ao que tudo indica, nas teorias da cultura política, a cultura, os conhecimentos e memórias (históricas) de um grupo passaram de obstáculos a caminhos possíveis para a mudança almejada. Assim conclui Baquero, revendo suas posições:

Tais pesquisas constataram que o legado histórico tem uma influência fundamental na compreensão das razões que levaram ao surgimento e manutenção de uma cultura política fragmentada e silenciosa no Brasil. Como consequência, estabeleceu-se a importância de reconhecer as singularidades de sua cultura com vistas a buscar respostas eficientes aos seus problemas. (BAQUERO, 2003, p. 91)

Se os conhecimentos históricos ajudam a constituir parte das decisões políticas que tomamos, o que já foi possível observar a partir dos dados levantados nessa pesquisa? Os jovens consideram-se parte do processo político? Sentem-se responsáveis não só pela sua própria vida, mas sabem que as consequências de certas decisões afetam toda a humanidade? Levando em consideração as implicações políticas do conceito de Responsabilidade Planetária, podemos nos perguntar: que tipo de relação responsável com “o outro” os jovens brasileiros, argentinos e uruguaios demonstraram ao responder esses questionários? Afastam-se de atitudes niilistas? Até que ponto são capazes de articular o destino de seu país com o de países vizinhos? As projeções individuais de futuro coadunam-se com as projeções referentes à coletividade? Preocupam-se com soluções futuras para problemas criados num passado, para eles, já distante?

Temos clareza que apenas os quatro gráficos aqui apresentados não dão conta de responder plenamente a essas questões, e nem esse é o objetivo. Porém, unindo-se as análises gerais das demais perguntas do questionário às futuras reflexões de caráter comparativo, acreditamos que será possível estabelecer um panorama básico sobre o que pensam os jovens.

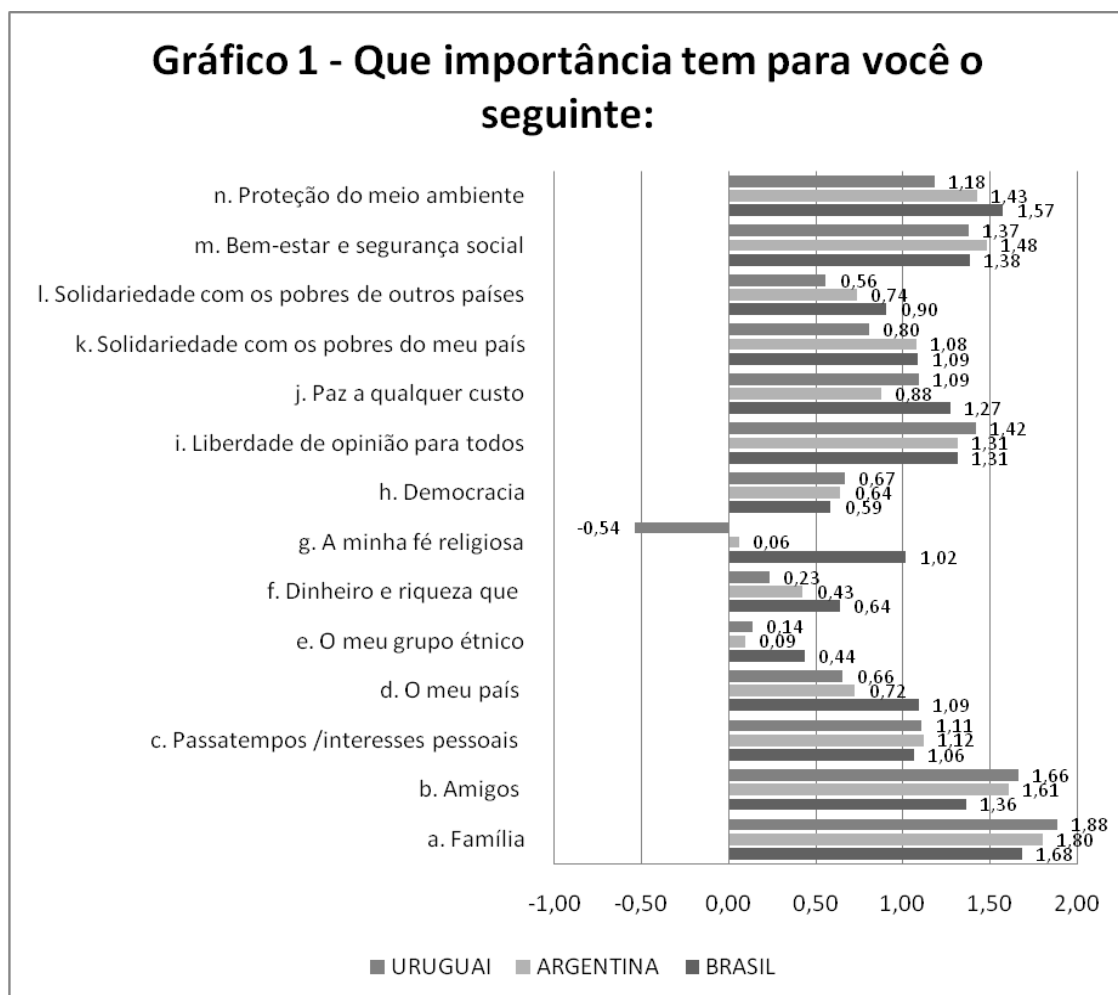
Os jovens e a ação no mundo: a pesquisa

Dentre as questões selecionadas para compor a análise proposta para o presente estudo estão:

- Que importância tem para você o seguinte (seguida de uma lista de itens sobre a convivência pessoal, comunitária e política);
- Qual seu interesse pela política?;
- Como você acha que será a vida no seu país daqui a 40 anos?;
- Como você acha que será a sua vida daqui a 40 anos?;
- Algumas pessoas do nosso país são ricas e outras pobres. Por que existem pessoas mais ricas que outras?

As perguntas têm uma relação direta com as reflexões feitas acima, da percepção dos jovens de si mesmos em relação à sociedade, das suas decisões individuais em relação à vida coletiva.

A primeira questão elencada se refere diretamente ao universo dos valores, lidando com quais identificações mobilizam mais os entrevistados (Gráfico 1). Portanto, trata-se de identificar quais são as possíveis hierarquias de pertencimentos e quais são as prováveis tendências coletivas nesse campo entre os alunos pesquisados. Seus resultados indicam forte influência de uma postura individualista frente ao mundo, matizada por alguns interesses de âmbito coletivo, mas não tradicionais, bem como a preocupação prioritária com os seres concretos do próprio círculo de convivência, em vez de sujeitos “distantes” que acabam por assumir, para eles, um ar abstrato. Mesmo itens bastante valorizados, como a proteção do meio ambiente e o bem estar/segurança são, na verdade, questões em grande parte individuais que só podem ser garantidas através de ações ou salvaguardas coletivas.



Fonte: dados do Projeto "Jovens diante da História", 2009.

Outra forma de analisar esses dados é estabelecer a ordem dos pertencimentos/preocupações dos respondentes na média geral, e por país, conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1 - Ordens de pertencimento/preocupações

ordem	Média Aritmética	Brasil	Argentina	Uruguai
1	Família	Família	Família	Família
2	Amigos	Prot. Meio Ambiente	Amigos	Amigos
3	Prot.Meio Ambiente	Bem-estar	Bem-estar	Liberdade de opinião
4	Bem estar	Amigos	Prot. Meio Ambiente	Bem-estar
5	Liberdade de opinião	Liberdade de opinião	Liberdade de opinião	Prot. Meio Ambiente
6	Paz	Paz	Passatempos	Passatempos
7	Passatempos	S. pobres do meu país	S. pobres do meu país	Paz
8	S. pobres do meu país	Meu país (empatados)	Paz	S. pobres do meu país
9	Meu país	Passatempos	S. pobres o. países	Democracia
10	S. pobres o. países	Minha fé religiosa	Meu país	Meu país
11	Democracia	S. pobres o. países	Democracia	S. pobres o. países
12	Dinheiro / riqueza	Dinheiro / riqueza	Dinheiro / riqueza	Dinheiro / riqueza
13	Minha fé religiosa	Democracia	Meu grupo étnico	Meu grupo étnico
14	Meu grupo étnico	Meu grupo étnico	Minha fé religiosa	Minha fé religiosa

Fonte: dados do projeto "Jovens diante da História", 2009.

A tabela acima facilita a visualização e comparação da ordem de prioridades, geral e por país, e a presença do Gráfico 1 permite perceber as diferenças de intensidade da importância de cada item atribuída pelos alunos. Assim, é possível perceber que, embora os alunos de todos os países indiquem a família como principal pertencimento, a intensidade dessa escolha é maior, em média, entre jovens uruguaios do que entre argentinos e, por sua vez, do que entre os brasileiros. Amigos como o segundo item mais importante é uma característica de uruguaios e argentinos, mas diferente entre os jovens brasileiros, para os quais os amigos figuram apenas em quarto lugar, após a preocupação com o meio ambiente e o bem-estar social. Entretanto, os cinco elementos mais citados, embora variem de ordem, são comuns a todos os países.

Outro dado que ajuda a visualizar as diferenças na cultura e cultura política que os jovens produzem e reproduzem é a posição da fé religiosa (10º item para jovens brasileiros e 14º nos outros dois casos) e democracia (13º item para brasileiros, 11º para argentinos e 9º para uruguaios). Em todos os casos, porém, é digno de nota que a democracia figura perto ou dentro da terça parte dos itens indicados com menos ênfase. O país e a identidade étnica, que tanto apelo tiveram na definição de identidade e atitude entre o século XIX e meados do século XX, revelam-se desgastados e transferidos da metade para o final da ordem de pertencimentos, indicando que sofreram um processo de distanciamento e de progressiva abstração dos/para os sujeitos jovens, acompanhando a perda da expressiva centralidade que os Estados Nacionais tinham na vida das pessoas até as últimas décadas do século passado. Embora não se possa dizer que o Estado deixou de ser um centro da sociedade, o fato é que ele passou a conviver com diversos outros centros tão ou mais poderosos na definição da vida coletiva ou pessoal.

Quando os entrevistados, em outra pergunta (Gráficos 2 e 3), respondem sobre seus respectivos países daqui a 40 anos, acreditam que as sociedades não serão pacíficas e prósperas, que países estrangeiros estarão interferindo no seu país, que teremos ainda mais poluição, conflitos entre ricos e pobres. Por outro lado, dizem acreditar que seus países serão democráticos, o que a princípio pode parecer uma contradição. Temos, entretanto, que levar em conta o que se entende por

democracia, e isso demanda um futuro estudo qualitativo. A hipótese é que os respondentes tendem a associar majoritariamente a democracia aos seus aspectos formais e ritualísticos, mas levando a um poder – o do Estado – sem muitas condições para agir sobre os problemas comuns. Quando respondem sobre as suas vidas daqui a 40 anos surge mais uma aparente contradição, em menor ou maior grau, mas todos acreditam que terão trabalho prazeroso, família harmoniosa, bons amigos, bons rendimentos, liberdade política, tempo livre para atividades de lazer. No entanto, a média dos que respondem sobre sua participação na vida política é próxima do zero (ou seja, “em termos”) no Brasil e negativa no Uruguai e na Argentina. Ou seja, em média, estamos entre a indiferença e a recusa. O que se põe para entendermos é como os jovens pesquisados imaginam que terão tantas perspectivas positivas no seu futuro pessoal sem se importarem com uma participação política consistente. Para esses jovens, parece possível.

Há algo típico da ilusão de invulnerabilidade típica de adolescentes na dissonância descrita acima. Não se verifica a percepção da inconsistência entre a projeção do futuro coletivo e do futuro individual. Ou porque pensam que serão imunes às crises que os rodeiam (conforme respondem quando imaginam seu país daqui a 40 anos), ou porque entendem que a participação política e social não é a esfera em que se decide a sua condição pessoal

A tabela a seguir explicita um pouco mais os resultados que encontramos na confluência entre o individual e o coletivo, entre a participação e o alheamento (Tabela 2).

Tabela 2 - Interesse pela política

	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI
muito pouco	21,7%	16,1%	25,4%
pouco	14,0%	14,0%	18,1%
médio	33,8%	27,2%	25,9%
me interesse	21,9%	27,2%	21,2%
me interesse muito	7,8%	13,3%	5,2%
média (escala Likert)	-0,20	0,08	-0,39

Fonte: dados do projeto “Jovens diante da História”, 2009.

Há uma leve tendência negativa geral na média quanto ao interesse dos alunos pesquisados pela política. Dos três países, a Argentina é o que tende para maior politização relativa, com índices maiores de interesse médio e alto e índices

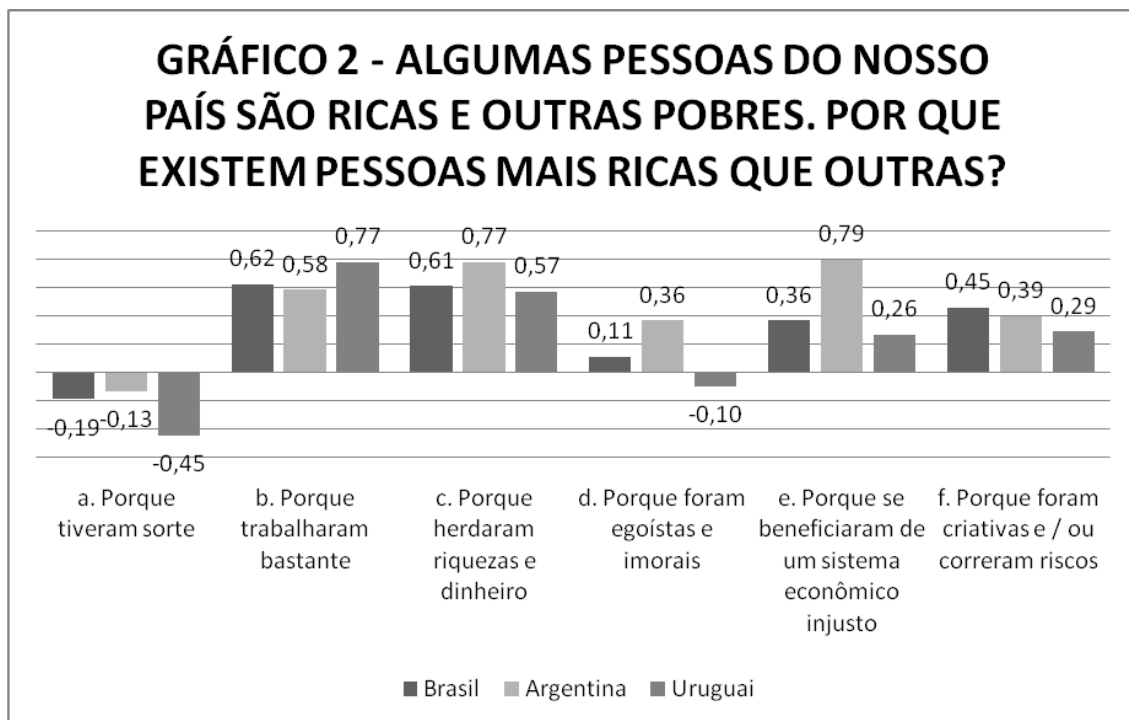
menores de interesse pequeno ou muito pequeno. A faixa de maior frequência é a do interesse mediano. Novamente, cabe aqui perguntar-nos quais os significados de política a que os respondentes tiveram acesso: é muito provável que estejam entendendo política como política partidária, a política da conquista e exercício dos cargos eletivos. Essa questão mostra um nicho aberto de pesquisa, que busque investigar até que ponto os jovens preocupam-se com as questões micropolíticas na escola e em sua própria sala de aula (por ex., que valor atribuem para atitudes democráticas ou autoritárias de professores, como envolvem-se em debates coletivos que demandam tomadas de posição a respeito de atividades, escolha de projetos a desenvolver, eleição e acompanhamento de representantes de turma etc.). Ainda seria possível desenvolver reflexões a respeito da influência das opiniões familiares e das veiculadas pelos meios de comunicação, geralmente negativistas sobre a política de cunho partidário.

Por último, voltamos nosso olhar para a forma como os jovens observam ao “outro” e a si próprios frente ao problema das desigualdades sociais, que tocam fortemente as posições políticas e as projeções de futuro coletivas e individuais. A questão que se refere às origens das diferenças de riqueza no país é importante, entre outros motivos, porque coloca em questão o pensamento estruturante das relações sociais, que vai desde uma perspectiva liberal, que explica e justifica as desigualdades pela distribuição desigual de talentos e habilidades entre as pessoas por obra da natureza, até uma postura socialista, que tende à rejeição das causas naturais e legítimas das desigualdades e à proposição de sua superação como fórmula para a felicidade coletiva. Essa questão é interessante porque solicita que se opte por uma explicação e não apenas que se concorde ou não. É claramente uma forma de explicitar elementos da consciência histórica porque sintetiza em uma frase a concepção do indivíduo sobre como se constitui a realidade atual de desigualdade social. Além disso, a resposta a essa questão tende a expor o padrão de cultura política, uma vez que o posicionamento político passa pelo diagnóstico e estratégia de ação quanto às diferenças sociais.

Observando a coluna referente às médias, vemos que a opção “sorte” (opção A) foi a que recebeu maior rejeição, seguida do julgamento moral (opção D). Parece-nos um ponto positivo, já que, em História, os jovens devem aprender a rejeitar juízos de valor que expressem explicações frágeis em seus argumentos para

orientação temporal. As campeãs em concordância são a herança (opção C) e o trabalho árduo (opção D), seguidas de perto pelo fato de vivermos numa sociedade desigual e injusta (opção E). Por último, os jovens parecem abraçar a ideia de que correr riscos e ousar (opção F) são atitudes individuais que facilitam o acesso à riqueza. A perspectiva geral é a predominância da visão liberal na explicação das diferenças sociais (esforço pessoal, criatividade e disposição pessoal para risco), mas seguida de perto pela concepção socialista, pela qual a riqueza não se relaciona com os méritos individuais, mas com condições econômicas e sociais injustas (opções D e E). No Gráfico 2 é possível perceber as pequenas variações de país para país, com destaque para os jovens argentinos, os que mais fortemente indicam argumentos de viés socialista.

Perguntamo-nos como essa questão seria respondida por alunos de escolas públicas e particulares, considerando que a sua suposta diferença social (alunos de escolas privadas vêm quase sempre de famílias cujo orçamento permite pagar mensalidades escolares) poderia ter algum efeito sobre sua opinião, e não foi o que encontramos ao reelaborar as médias por tipo de colégio (sem considerar o recorte nacional). As diferenças são matematicamente desprezíveis, ficando em no máximo 0,1 de um para outro, sendo a única exceção a opção B, em que a média dos alunos de escola particular é 0,8 e a média dos alunos de escola pública, 0,5. O fundamento socialista da opção D, inclusive, recebe a mesma média, 0,5, para alunos de ambos os tipos de escola.



Fonte: dados do projeto “Jovens diante da História”, 2009.

Tais resultados apontam para o fator indicado comumente em algumas vertentes das ciências sociais, a eficiência dos sistemas de reprodução das perspectivas dominantes sobre o mundo e a sociedade (os “Aparelhos Ideológicos”, na versão althusseriana, por exemplo), ou de reforço da hegemonia. Esses dados apontam que a legitimação dos fundamentos da sociedade capitalista não encontra abalo entre os jovens, pelo menos no que se refere à amostra consultada.

A última pergunta do questionário referiu-se a posicionamentos políticos polêmicos, indagando aos respondentes como se comportariam se chamados a votá-los. O resultado pode ser visto na Tabela 3, em que selecionamos 3 dos 7 temas polêmicos perguntados. Nela, quando somamos quem se declara indeciso, quem não votaria ou quem não respondeu, temos de 35 a 50% de ausência de posicionamento, conforme o caso. Qual a origem dessa situação? Reconhecimento de que falta conhecimento de causa para opinar, ou tendência a desconsiderar esse tipo de questão como relevante para a própria vida e para o processo pessoal de geração de sentido e de decisões quanto à realidade cotidiana?

Tabela 3 - Como votaria nos seguintes temas polêmicos?

	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI
Intervenção do governo na economia para garantir emprego para todos			
A FAVOR	52,0%	34,4%	53,6%
CONTRA	10,8%	34,6%	7,7%
INDECISO	25,7%	20,2%	17,5%
NÃO VOTARIA	6,0%	4,3%	2,6%
NÃO RESPONDEU	5,5%	6,5%	18,6%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%
Distribuição de terras para os mais pobres, mesmo que signifique diminuir a propriedade dos mais ricos			
A FAVOR	37,4%	31,6%	27,3%
CONTRA	17,1%	29,0%	13,4%
INDECISO	30,8%	25,4%	25,8%
NÃO VOTARIA	9,5%	6,0%	12,4%
NÃO RESPONDEU	5,2%	8,0%	21,1%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%
Preservação do meio ambiente, mesmo quando isso prejudique o desenvolvimento econômico			
A FAVOR	50,7%	26,7%	26,3%
CONTRA	9,4%	23,0%	13,4%
INDECISO	27,2%	35,5%	33,5%
NÃO VOTARIA	7,9%	7,9%	7,2%
NÃO RESPONDEU	4,8%	6,9%	19,6%
Totais	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados do projeto “Jovens diante da História”, 2009.

A tendência mais “socialista” que se verificou quanto aos jovens argentinos no Gráfico 2 (em que se destacam ao indicar o sistema econômico injusto como uma das causas das grandes diferenças entre ricos e pobres), não se sustenta nos dados da Tabela 3, pois esses mesmos respondentes revelam um empate entre os que são contra e os que são a favor da intervenção do Estado na economia, o que pode ter diversas interpretações, a confirmar em estudos qualitativos posteriores. Outro dado que salta à vista, e dessa vez confirma posicionamento já visto em questões anteriores, é a consciência ambiental dos jovens brasileiros. O tema já tinha aparecido em colocação favorável na lista ordenada de preocupações dos brasileiros (Tabela 1) e reaparece na Tabela 3.

Considerações finais

Um aspecto interessante a se destacar, em relação à maioria dos temas perguntados, é a concentração das respostas nas alternativas “neutras”, numericamente representadas em nossa pesquisa pelo zero. Ou seja, as respostas oscilam em torno do “talvez”, “concordo em parte”, “discordo em parte”, “indiferente”, e congêneres. Em nenhum dos gráficos deste artigo aparecem fortes oscilações, sejam positivas, sejam negativas. Seria sinal de que, de fato, os alunos não possuem senso de responsabilidade planetária e, para eles, “tanto faz”? Ou uma restrição em assumirem posições forte e claramente marcadas? Será que os conhecimentos históricos que recebem não estão sendo utilizados para fazer projeções de futuro que levem a coletividade em consideração? A formação política que a escola e o ensino de História proporcionam aponta para a neutralidade, que pode ser uma das faces mais marcantes da indiferença?

Em geral, os jovens participantes nesta pesquisa não se revelam muito envolvidos com a sociedade em que vivem, muito provavelmente porque ainda não se deram conta de que as mudanças sociais acontecem tão somente na conjunção entre o individual e o coletivo. Conforme apontamos, as respostas apresentam contradições entre o que imaginam para o país e o que imaginam para sua própria vida, como se fossem coisas completamente separadas, como se fossem viver em bolhas, isolados num mundo imaginário próprio. Respondem, por exemplo, que o país será agitado por conflitos políticos e entre pobres e ricos, porém, dizem que não participarão da vida política, ou, em outros termos, que esses problemas não lhes dizem respeito.

Um dos questionamentos que se impõe diante desses resultados diz respeito a quanto os posicionamentos médios dependem de características psicológicas/comportamentais dessa faixa etária, e o quanto, por outro lado, eles refletem elementos da cultura política e os padrões identitários das sociedades em que se inserem. Essa situação aponta para outras pesquisas necessárias, por exemplo, para levantar os mesmos dados em outras faixas etárias e verificar até que ponto pode estar ocorrendo um deslocamento dos valores sociais e políticos para a geração que está chegando à vida adulta.

Conhecer o jovem com quem se trabalha é essencial para que esse trabalho tenha sucesso. O aprofundamento do tipo de pesquisa aqui relatado poderá produzir informações privilegiadas para aprimorar o ensino de História e das demais ciências sociais, contribuindo, portanto, na frente de luta da sala de aula. Além disso, um melhor conhecimento do que pensa e como pensa o jovem é um item indispensável nas políticas públicas educacionais e nas políticas para a juventude em particular. Por fim, esse tipo de estudo permite conhecer o estado do ensino de História, da cultura política e da consciência histórica dos jovens dos países pesquisados, o que permitirá saltos qualitativos no campo dos estudos acadêmicos sobre a Didática da História, entendida amplamente como toda reflexão em que o conhecimento histórico é focado a partir da sua produção, circulação e uso social.

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade. O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.

_____. Cultura política participativa e desconsolidação democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, n. 15, v. 4, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CUNHA, Luiz A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

DE ROSSI, Vera Lúcia S. Projetos pedagógicos no jogo político da ilusão versus esquecimento. In: CORBALÁN, M.A. (coord.). *Enredados por la educación, la cultura y la política*. Buenos Aires: Biblos, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOODSON, Ivor F. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Tradução de Dílson B. de F. Ferreira Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HELLER, Agnes; FÉHER, Ferenc. *A condição política pós-moderna*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. O socialismo no século XXI. In: _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico. O socialismo no século XXI*. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

PACIEVITCH, Caroline. *Nem sacerdotes, nem guerrilheiros*. Professores de história e os processos de consciência histórica na constituição de identidades. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007.

PAIS, José M. *Consciência histórica e identidade: os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da História - os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.